



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>1381</u> / <u>2020</u>
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Requer ao Governador do Estado, informações acerca da regulamentação da Lei nº 4.832, de 17 de agosto de 2020, que garante o transporte gratuito e obrigatório aos agentes da segurança pública do Estado de Rondônia identificados.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, incisos XVIII e XXXIV e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, inciso II; 146, inciso IX; 172 e 179 do Regimento Interno, requer ao Governador do Estado, informações acerca da regulamentação da Lei nº 4.832, de 17 de agosto de 2020, que garante o transporte gratuito e obrigatório aos agentes da segurança pública do Estado de Rondônia identificados.</p> <p>Em tempo, é válido destacar que através da regulamentação da lei em destaque, será determinado os detalhes de como será aplicada a mesma, garantindo assim aos policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e policiais penais o direito à transporte intermunicipal gratuito, desde que devidamente identificados mediante apresentação de carteira de identidade funcional.</p> <p>Ante o exposto, considerando os valorosos serviços prestados por tais agentes em prol da segurança pública, justifica-se o pedido de informações pertinentes à regulamentação da Lei nº 4.832, de 17 de agosto de 2020, a fim de permitir que estes finalmente usufruam do direito lhes garantido.</p> <p>Ademais, destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>Diante disso, peço apoio aos Nobres Deputados para o encaminhamento do presente requerimento.</p> <p>Plenário das Deliberações, 25 de novembro de 2020.</p> <p>Deputado Estadual ANDERSON PEREIRA PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente,</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente proposição, com base nos artigos 29, incisos XVIII e XXXIV e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, inciso II; 146, inciso IX; 172 e 179 do Regimento Interno, tem por objetivo a solicitação de informações acerca da regulamentação da Lei nº 4.832, de 17 de agosto de 2020, que garante o transporte gratuito e obrigatório aos agentes da segurança pública do Estado de Rondônia identificados.</p> <p>Isto posto, é de competência privativa da Assembleia Legislativa conforme o artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Neste contexto, é legítima a presente proposição, visto que através da regulamentação da lei em destaque, será determinado os detalhes de como será aplicada a mesma, garantindo assim aos policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e policiais penais o direito à transporte intermunicipal gratuito, desde que devidamente identificados mediante apresentação de carteira de identidade funcional.</p> <p>Ademais, deve-se destacar que a devida regulamentação da lei faz-se importante, considerando os valiosos serviços prestados por tais agentes, sem qualquer objeção ou distinção da importância</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>dos mesmos em prol da Segurança Pública do Estado de Rondônia, os eximindo assim da responsabilidade de dispor de seus próprios proventos para arcar com deslocamentos interestaduais.</p> <p>Igualmente, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p>“Art. 31. [...] § 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.”</p> <p>Em razão de todo o exposto, esclarece-se a razão pela qual apresenta-se a presente proposição, visando à obtenção de informações acerca da regulamentação da Lei nº 4.832, de 17 de agosto de 2020, que garante o transporte gratuito e obrigatório aos agentes da segurança pública do Estado de Rondônia identificados.</p> <p>Desta forma, ante a relevância do pleito requer o apoio dos Nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p>Plenário das Deliberações, 30 de novembro de 2020.</p> <p>Deputado Estadual ANDERSON PEREIRA PROS</p>			